

PODERÁ A CHINA “DEMOCRATIZAR-SE?”:
UMA RECENSÃO CRÍTICA



Manuel Alexandre Garrinhas Carriço ()*
Major de Infantaria

PEI, Mixin (2006). China's Trapped Transition: The Limits of Developmental Autocracy, Cambridge University Press, Cambridge.

CHANG, Gordon G. (2001). The Coming Collapse of China, Random House, New York.

TERRILL, Ross (2003). The New Chinese Empire and What it Means for the United States, Basic Books, New York.

GILLEY, Bruce (2004). China's Democratic Future: How It Will Happen and Where It Will Lead, Columbia University Press, New York.

A perenidade do debate sobre a possibilidade de implementação de um regime democrático na China e de que forma este poderá vir a ser alcançado, tem permitido que venham à estampa uma profusão de estudos académicos de maior ou menor rigor sobre esta temática. A presente recensão procura abarcar, por amostragem, parte do que de melhor se tem escrito sobre os estudos democráticos aplicados à República Democrática da China, sendo os seus títulos ilustrativos das diferentes perspectivas dos autores relativamente ao tema em questão.

A obra de Mixin Pei, um conceituado académico, procura responder à questão: será que os líderes Leninistas da República Popular da China através de um

(*) Docente na Academia Militar das unidades curriculares de Teoria das Relações Internacionais e História Militar.

ajustamento incrementalista das suas instituições autocráticas políticas e administrativas por forma a torná-las mais flexíveis, equitativas e competentes, conseguirão aumentar a “capacidade do Estado chinês” e desta forma evitar situações extremas como a de um colapso do regime ao estilo soviético ou uma completa e radical transição liberal-democrática?

O autor não hesita em entrar em terreno polémico, mas tem pergaminhos para tal. Entre aqueles que defendem o sucesso da transição (ou adaptação) do sistema Leninista chinês de Partido-Estado às consequências da política da “porta aberta” de Deng Xiaoping, Pei, ainda que reconhecendo os fantásticos resultados das reformas pós-Mao, opta por realçar o agravamento das contradições entre uma economia chinesa em rápido crescimento e as crónicamente corruptas instituições governamentais.

Para uma explicação das tensões crescentes entre o regime autoritário e uma sociedade cada vez mais pluralista, o autor avança com a expressão “adaptação iliberal” para descrever a estratégia gradualista do Partido Comunista de combinar liberalismo económico com uma tentativa de “desenvolver, refinar e implementar uma forma mais subtil e eficaz de manutenção do controlo político” (Pei, 2006, p. 81).

Tal estratégia adaptativa, na perspectiva de Pei – ainda que possa ser eficaz a curto prazo – a longo prazo está condenada ao fracasso. Aquilo que ele caracteriza, e que dá título à obra, como uma “transição enclausurada” é o produto de um partido autocrático que deseja preservar as suas prerrogativas políticas contra as incursões desestabilizadoras das novas e emergentes forças do mercado, através da incorporação e criação de uma teia de dependências de alguns dos seus actores face a esse mesmo partido (por exemplo através da possibilidade proposta por Jiang Zemin de empresários poderem ser membros do Partido Comunista Chinês, ou seja a materialização de um dos *spin-offs* da sua teoria das “três representações” - *sange daibiao*¹). Concomitantemente os empresários tornam-se não os defensores de valores democráticos mas antes os apoiantes de uma agenda autoritária de “unidade e estabilidade” nacional. O corolário da lógica de Pei é que quanto mais os agentes dos regimes Leninistas

¹ Avançadas por Jiang Zemin em Fevereiro de 2000 aquando da realização de uma visita de inspecção à província de Guangdong e que são, respectivamente, a necessidade de o Partido Comunista Chinês representar o desenvolvimento das forças produtivas da China (crescimento económico), do desenvolvimento da cultura chinesa, e dos interesses fundamentais da maioria da população chinesa (consenso político).

se sentirem ameaçados pela perda de poder, mais se envolvem numa malha de concessão e troca de favores e de benefícios com os agentes da possível contestação, ao mesmo tempo que reforçam os instrumentos de controlo político. O resultado acaba por ser, na sua óptica, o catalizar da corrupção e a dissipação de possíveis reformas institucionais, o que contribui definitivamente para uma “transição enclausurada”.

Com base na leituras dos inúmeros dados fornecidos por Pei, o leitor pode assumir uma perspectiva pessimista sobre o futuro do regime chinês, mas não nos esqueçamos que desde 1989 que a China tem vindo a desafiar as inúmeras previsões académicas de um sistema instável e à beira do colapso. Até agora o sistema do Partido-Estado tem logrado, com um sucesso digno de realçar, preservar a sua estrutura e os seus mecanismos operativos.

O autor admite assim a possibilidade da ocorrência de dois cenários não-desastrosos para o presente “estado das coisas”. O primeiro assente na possibilidade de a elite governativa aceitar, ainda que renitentemente, os riscos inerentes a algumas reformas mais radicais de forma a restaurar a responsabilização política e a reduzir a depredação descentralizada, algo que só poderá ser efectuado através da co-optação de novos grupos políticos que não sejam beneficiários da actual “transição enclausurada” (Pei, 2006, p. 210).

O segundo resulta de iniciativas de elites locais e regionais reformistas, as quais poderão criar coligações para promoverem, não reformas “de baixo para cima, mas do meio para cima” ao nível do poder central, capazes de revigorarem a sociedade civil ao longo de todo o seu espectro económico e social. Neste segundo cenário, Pei não nos oferece uma explicação sobre os mecanismos através dos quais tal previsão se pode vir a concretizar, nem refere os enormes riscos de criação de ainda maiores assimetrias de desenvolvimento entre regiões que adoptem esta agenda reformista e aquelas que alinhem pelo diapasão centralista, o que em última análise poderá acenar ainda mais a fragmentação regional colocando em causa a estabilidade do país.

Em resumo esta é uma obra de relevo pela forma como estabelece uma relação causal entre a “adaptação iliberal” da China e as consequências políticas, económicas e sociais daqui resultantes. No entanto fica aquém das expectativas, se o leitor esperava obter um novo avanço sobre o debate entre gradualistas, neo-autoritaristas e liberais-democratas no que concerne às reformas políticas na China e qual a melhor forma de as conduzir.

Se Mixin Pei descreve o sistema político chinês como preso numa letargia transicional auto-induzida, Gordon Chang não se coíbe de prognosticar a queda

do actual sistema político chinês. Chang dedica doze capítulos a uma questão que tem obcecado os principais observadores políticos da China durante os últimos vinte anos: não serão as reformas económicas responsáveis por um crescimento das tensões sociais que conduzirão a uma implosão do regime comunista?

É reconhecível que para muitos, especialmente aqueles que mais desiludidos ficaram com a violenta supressão das manifestações em Tiananmen em 1989, a esperança de mudança assenta agora numa “vingança económica” através da qual a economia conseguirá concretizar aquilo que a liderança política comunista tem tentado impedir: uma democratização da China. Ainda que não o refira abertamente, a argumentação do autor é desenvolvida segundo este racional, partilhado por muitos daqueles que tiveram oportunidade de viver, trabalhar ou de visitar regularmente a China.

No entanto, este argumento – o de que é inevitável uma crise política em resultado do agudizar das contradições económicas – não é isento de algumas observações críticas. A relação entre economia e política é incontornável e relevante, mas a sua abordagem por vezes é demasiado simplista e linear. A história económica contemporânea mostra-nos exemplos de países com situações económicas mais delicadas que a China que não descambaram em revoluções políticas. Quando o muro de Berlim caiu, a maioria dos países da Europa de Leste atravessavam crises profundas há mais de quinze anos, sem que existisse no entanto qualquer ameaça ao monopólio de poder dos respectivos regimes comunistas. De facto, enquanto não existir qualquer tipo de conflito no topo da hierarquia do Partido Comunista, o seu aparelho repressivo é capaz de prevenir a disseminação de conflitos laborais e a possibilidade de constituição de grupos políticos organizados ao nível nacional, sendo estas as duas únicas formas através das quais o descontentamento social pode ser instrumentalizado para gerar uma crise política.

A liderança política chinesa não parece enfrentar tais cenários de divisão porque apreendeu as lições de 1989, quando as divisões internas estiveram a um passo de originar uma grave crise política. Parece também que ante a mais do evidente possibilidade de uma forte repressão, a população urbana tem aceiteado o domínio do Estado e as políticas de “socialismo de mercado” levadas a cabo pelo Partido Comunista, o que faz aumentar os obstáculos ao desenvolvimento de um movimento de protesto a nível nacional ².

² O último dos movimentos gerais de protesto foi o do movimento *Falun Dafa*, que pela forma como foi organizado (surpreendendo o governo pela sua dimensão e apoio no seio da população) foi alvo de uma rápida quanto intensa campanha repressora.

Uma outra deficiência na argumentação revolve em torno do facto de Gordon Chang elaborar as suas conclusões sobre a queda do regime antes de efectuar uma análise sobre as questões económicas, pois tal iria conduzir inevitavelmente a uma perspectiva maniqueísta das actuais reformas. Mais, o autor deveria ter explorado outras formas ao dispôr do Partido para lidar com uma necessária e gradual transformação institucional e política, que lhe permitirá – como tem acontecido – manter-se no poder e gerir com mais ou menos sucesso as enormes contradições e desafios que confrontam a sua liderança ³.

A sua abordagem da adesão da China à Organização Mundial do Comércio é exemplo de mais uma destas vulnerabilidades argumentativas. Sendo verdade que a redução das barreiras alfandegárias provocou um choque entre os agricultores e produtores chineses, o facto de não referir os inúmeros mecanismos que o governo central implementou com vista à redução deste impacto e à consubstanciação de uma liberalização controlada (como o incremento dos subsídios à agricultura, a imposição de quotas de importação de cereais em cerca de 10% do consumo interno) torna a sua argumentação unilateral.

Da mesma forma, e não obstante os problemas de que padece o sector bancário chinês, os quais o autor enfatiza, a China ainda retém meios capazes de evitar um colapso do tipo argentino. Tal só é possível porque o Estado tem assumido muitas das dívidas destes sector (com excepção do caso do banco Mingsheng) graças a uma reduzida dívida externa ⁴, a um enorme excedente comercial ⁵ e a um controlo limitado do capital injectado por investidores estrangeiros, ao mesmo tempo que tem desenvolvido um programa de saneamento do sector, possibilitando recentemente a entrada de accionistas estrangeiros no capital de alguns bancos chineses. Se os cidadãos numa onda de pânico procedessem a um levantamento em massa das quantias depositadas, o Estado poderia sempre bloquear tais levantamentos.

Em resumo, uma análise mais cuidada dos três lados interdependentes do triângulo (problemas económicos, consequências sociais, e repercussões na estrutura política) teriam permitido ao autor chegar a conclusões opostas, nomeadamente a de que no presente, a China não tem uma conjugação de factores de tal ordem que se possa dizer que as contradições económicas poderão conduzir a curto prazo a uma grave crise política e a uma implosão do regime.

³ Como analisado exhaustivamente por (Li, 2001), (Finkelstein e Kivlhan, 2003) e (Lam, 2006)

⁴ Veja-se (Cha, 2007).

⁵ Veja-se (Barboza, 2007).

No entanto, considera-se que não é um livro que deva ser catalogado como um esforço inconsistente de análise da China e do seu futuro. Ainda que as suas conclusões se possam considerar como erradas na sua generalidade, algumas das abordagens efectuadas permitem realçar uma verdade indesmentível: a das enormes vulnerabilidades do denominado “milagre económico chinês” e de áreas onde este milagre começa a ser posto em causa (na componente ambiental, na corrupção endémica, nas dificuldades do regime em controlar a informação na Internet, nas crescentes assimetrias sociais, no desemprego crescente, e nos desafios à reforma das empresas estatais). Concomitantemente a situação social é potencialmente mais explosiva que em 1989, o que justifica o cuidado com que os líderes buscam controlar e eliminar preventivamente todo e qualquer movimento organizado de contestação social.

Gordon Chang é persuasivo na forma como justifica que o governo já não pode assentar o seu desempenho exclusivamente em denominadas “acções de controlo de danos” (metodologia típica das décadas de oitenta e de noventa), o que significa que determinadas questões sociais não podem ser resolvidas uma a uma, enquanto as reformas podem avançar noutras áreas da economia sem causarem receios no plano das relações causa-efeito. O autor está igualmente certo quando defende que actualmente o governo chinês montou uma estratégia global de gestão destes problemas, através de uma aproximação “passo-a-passo”, em detrimento de uma estratégia de “terapia de choque”.

Em resumo, e concluindo, apesar da simplicidade da sua tese central, o livro é recomendável, pelo menos para quem pretender ter uma visão genérica dos desafios económicos que se deparam à China durante a próxima década, ainda que sobre este tema, a mais recente obra de Barry Naughton (2007) seja muito mais aconselhável, não apenas pelo rigor como também pela profundidade analítica desenvolvida.

Quanto ao livro de Ross Terrill, o ponto de partida do seu argumento é simples de sintetizar. Para ele a China permanece, até hoje, um império repressivo sem qualquer tipo de oposição. Mao Zedong, Deng Xiaoping, Jiang Zemin e actualmente Hu Jintao, todos eles de forma particular e a seu tempo, adaptaram e modernizaram uma forma de poder criada há mais de mil anos. Para o autor, a República Popular da China tem preservado para si mesma um conceito de império ao mesmo tempo que procede a uma reinvenção de uma autocracia com mais de um milénio. O autor prevê um colapso do sistema político chinês em vez de uma evolução gradual, mas nem sempre a sua explanação do argumento é feita

de forma clarividente, uma vez que ao longo de alguns capítulos não se consegue discernir aquilo que são ilacções de carácter geopolítico do que são opiniões de um acérrimo defensor da democracia.

Ross Terrill ⁶ (1999), um comentador político e historiador, apresenta-nos uma visão de um Estado enorme – o único deste tipo ainda existente – que basicamente não tem as condições essenciais para um moderno desenvolvimento que assenta na unidade e na diversidade, que a seu ver são as características do século vinte e um. Nesta perspectiva, Merle Goldman (2005, p. 221-223) argumenta que o início do século XXI trouxe consigo uma intensificação de noção de auto-consciência sobre os direitos de cidadania ⁷, a qual alastrou para além dos círculos elitistas atingindo uma parte significativa da população... a transição do camarada para o cidadão na República Popular da China teve assim o seu início.

Para nos elucidar sobre as complexidades do Estado chinês tradicional, Terrill baseia parte da sua argumentação em Samuel E. Finer, a qual não é muito utilitária, pois duas das três características básicas do Estado referidas por Finer (1976) estão ausentes no caso da China. Por outras palavras, a China é caracterizada como não tendo algo que devia ter e que os Estado Ocidentais têm. O autor chega a referir que “ser chinês é como ser uma criança do Estado chinês” (Terrill, 2003, p.54). Afirmações deste género são frequentes ao longo da obra e descuram grosseiramente a relação histórica entre o indivíduo e o Estado, levando o leitor a poder deduzir – erroneamente – que a influência social do Estado na China foi efectuada desde cedo e atingiu desde cedo os mais baixos escalões da sociedade chinesa, algo que na realidade só foi concretizado após os primeiros anos da liderança comunista chinesa.

Se o período Maoísta foi caracterizado por uma intensa penetração da sociedade por parte do Estado, já o Estado Denguista pautou-se por um recuo notório dessa penetração, através do desmantelamento de alguns dos mecanismos organizacionais dessa mesma penetração e manipulação. Ding Xueliang caracteriza o Estado pós-Mao como afectado por uma crise de legitimidade e uma sintomologia progressiva de decadência funcional e organizacional da imensa máquina do Partido-Estado na China. O resultado, é, a erosão da capacidade interventora do Estado na China (Ding, 1994).

⁶ Ross Terrill (1999) é o autor, a nosso ver, da melhor biografia escrita até hoje sobre Mao Zedong, tendo-se tornado num bestseller que foi traduzido e publicado na China.

⁷ Ainda que se possa debater o conceito de “direitos” (*quanli*) sob a perspectiva chinesa, o qual é bastante diferente do Ocidental. Leia-se a excelente obra de Angle (2002).

Para Terrill, o regime chinês, com tanto de imperial quanto de Leninista, mantém-se apegado a uma obsessão com a estabilidade e unidade nacionais, recusando no entanto, qualquer evolução política ou heterodoxia. O autor não acredita que um Estado tão repressivo, que tanto condiciona o progresso, possa subsistir durante muito tempo, fruto de uma dinâmica que não consegue acompanhar, a qual deriva essencialmente de crescentes pressões e interações económicas e sociais, associadas a uma economia de mercado.

Na sua óptica, três normativos caracterizam os líderes do Estado chinês: este é liderado a partir do topo; acreditam que são os possuidores e defensores da verdade; e efectuam compromissos de carácter eminentemente tático de acordo com as realidades internas e externas do país. O problema não é a crescente acumulação de poder por parte da China, mas o facto de ser governada por uma ditadura imperialista-Leninista. Teoricamente, o federalismo poderia ser uma solução, mas o centro impõe uma unidade pela força e a estabilidade é mantida pela eliminação pura e simples de qualquer forma de oposição política (regional ou não), pelo que qualquer modelo federalista da China não tem qualquer aplicabilidade prática.

O livro de Terrill é um reflexo da história da China. Seguindo uma lógica cronológica, o autor reflecte em primeiro lugar sobre a forma como o Estado imperial se desenvolveu na antiguidade. Nos primeiros séculos da nossa Era (durante as dinastias Han e Tang) foi incutido e desenvolvido um sentimento de superioridade da civilização chinesa. O Império acreditava que tinha um mandato para governar o Universo, mesmo que os “bárbaros” tivessem de ser assimilados em vez de derrotados. Simultaneamente, o pragmatismo consubstanciava-se como a “pedra de toque” de todo o sistema suplantando-se à doutrina oficial, Confucionismo ou Legalismo.

Nos séculos dezanove e vinte, deu-se um declínio trágico da China o qual foi demonstrado pela busca de uma nova ordem política, o que redundou no essencial, num rotundo fracasso. A ascensão de Mao Zedong ao poder foi como a de um “Imperador Vermelho”, uma denominação que Terrill aplica a Deng Xiaoping e a Jiang Zemin. O líder supremo do Partido Comunista e do Estado chinês, não foi eleito pela população e conservou – ainda que de forma decrescente com o evoluir do tempo – os atributos, discrições, constrangimentos e características dos Filhos do Céu. As Eras de Deng e Jiang foram uma tentativa de sintetização entre o Leninismo e uma economia de mercado ⁸, que o autor vê como impossível de manter no futuro.

⁸ Denominado em linguagem oficial de socialismo de mercado ou nos meios académicos de “capitalismo com características chinesas”, e à qual Hu Jintao mantém o seu comprometimento.

Tal “pessimismo” resulta, em parte, de novas questões associadas com a definição e o posicionamento da China no seio do mundo moderno e às quais Terrill dedica alguns capítulos. Entre as questões que procura responder encontram-se as seguintes: O que é a China? Onde se podem demarcar as suas fronteiras, se é que existem? O que significa ser chinês?

Assim através de um *tour d’horizon*, analisam-se as relações da China no plano intra-nacional (Taiwan, Hong Kong, Tibete, Xinjiang, Mongólia) e no plano externo com a região do Pacífico. As suas reflexões não deixam de ser interessantes, especialmente no que concerne à caracterização da política externa chinesa e dos seus instrumentos que define como de “tonalidade imperial”.

Olhando para o futuro, o autor elenca uma série de desafios que acredita que a China terá de enfrentar. Em primeiro lugar, uma população que envelhece cada vez mais rápido: um quarto dos chineses terá mais de 65 anos em 2030. Segundo, as relações entre líderes civis e militares poderão originar problemas políticos, resultantes essencialmente (mas não apenas) das limitações do governo central em providenciar fundos financeiros ao Exército Popular de Libertação (EPL) de forma a assegurar a continuidade de um impressionante mas *à la long* processo de modernização tecnológica das forças armadas. Terceiro, o sistema de saúde nas áreas rurais é no mínimo inadequado, agudizando uma polarização social entre o litoral e o interior. Quarto, a tradicional apatia política da maioria dos chineses só potencia a continuidade de um regime oligárquico. Quinto, contrariamente ao preconizado pelo Partido Comunista Chinês, os problemas de legitimidade e de sucessão no poder não podem ser resolvidos através da adesão compulsiva aos “quatro princípios cardinais” (opção socialista, ditadura do proletariado, governação pelo Partido Comunista, e Marxismo-Leninismo) que são na prática uma Constituição oficiosa da República Popular da China. Sexto, a criatividade científica e tecnológica necessita de ser expandida. Sétimo, o sistema financeiro necessita de ser reestruturado. E por último, as políticas ambientais têm ser implementadas com maior determinação.

Para um leitor mais conhecedor da realidade da China, alguns destes desafios não deixam de ser questionáveis, enquanto que outros igualmente importantes foram omitidos (as políticas de investimento económico nas províncias do interior para combater as assimetrias e fixar a população; a crescente especulação bolsista e imobiliária; uma preocupante taxa de inflação ⁹; as políticas de consumo e de redução da dependência energética externa ¹⁰; a reestruturação do tecido empresarial

⁹ Veja-se (Yin, 2007).

¹⁰ Veja-se (Quek, 2007).

estatal; o reforço de um sistema de segurança social capaz de responder ao envelhecimento da população, etc.). Não obstante, o autor prevê um colapso do sistema em vez de uma evolução gradual.

O livro termina com a análise de sete possíveis cenários de evolução da China. O primeiro é o da continuidade do sistema tal como ele funciona nos dias de hoje. O segundo é o de enfraquecimento do centro de uma fragmentação regional. O terceiro contempla uma evolução parcial em direcção a um sistema multipartidário. O quarto parte da hipótese de uma “implosão silenciosa” do Partido Comunista, comparada à que aconteceu em Moscovo em 1991. O quinto assenta na possibilidade de uma divisão no seio do Partido Comunista entre Leninistas e Sociais-Democratas, com o EPL a intervir em apoio destes últimos e a recolher posteriormente aos seus aquartelamentos. Dois outros cenários podem-se desenvolver a partir deste último: ou o EPL retem o poder para si, ou, apoia os sociais-democratas e o sistema inicia assim um movimento em direcção a um regime pós-comunista. Na verdade, parece-nos que os cenários onde o EPL surge como actor, padecem de um excesso de imaginação e subalternizam dinâmicas complexas da política interna chinesa e a rede de lealdade e apoios que os líderes militares possam conferir aos líderes do Partido (relembre-se que o EPL é em primeiro lugar um Exército de Partido e não um Exército de Estado, cuja missão primária é a da defesa da liderança política do Partido Comunista).

Em resumo, e na essência, o autor segue uma abordagem resultante de uma dialéctica analítica das elites chinesas, entre uma corrente cultural e uma corrente política, que após a criação da República Popular da China em 1949 foi quase que abolida em favor da última. Como a sociedade e a política chinesa actuais evoluíram de uma forma que o paradigma Leninista só consegue explicar parceladamente, o recurso ao historicismo por parte do autor torna-se evidente, ainda que por defeito. Neste contexto conceptual, o autor sucumbe a um excessivo discurso moralizador sobre a história da China, relevando aquilo que é útil para a sua argumentação e subalternizando ou marginalizando aquilo que não encaixa no seu racional explanativo. Terrill consome assim muitas energias a diabolizar um país que começou a visitar fascinadamente no início da década de sessenta e que vê agora com um misto de repulsa, talvez porque a “transição” não seguiu o rumo que ele desejaria, e a lógica autocrática prevaleceu.

Ainda que a linguagem seja empregue de forma a persuadir o leitor da solidez da sua argumentação, Ross Terrill, convencido que a governação do regime comunista chinês irá terminar no futuro, tende a omitir (intencionalmente ou não)

factores que poderão inviabilizar os seus prognósticos - alguns dos quais têm uma dupla faceta: tanto podem contribuir para enfraquecer como fortalecer o regime. Neste contexto, a ausência de um capítulo direccionado para a análise demográfica chinesa e do potencial económico que esta cadencia, bem como das enormes assimetrias de desenvolvimento, tornam impossível, a nosso ver, a progressão em direcção a um modelo político do tipo do de Taiwan, da Coreia do Sul ou do Japão.

Mais, o seu postulado de que um regime Leninista é incompatível com uma economia de mercado carece de uma efectiva comprovação. A política consiste muitas das vezes no contornar das incompatibilidades, na reconciliação de opostos e no encontrar de compromissos que *à priori* podem parecer impossíveis de obter. Após o “reinado imperial” de Mao Zedong e de Deng Xiaoping, o posterior grupo de líderes chineses – primeiro com Jiang Zemin e actualmente com Hu Jintao “no centro” (ambos com formação técnica na área de engenharia) – optou por uma abordagem tecnocrática na gestão e resolução dos problemas do país, num período onde um acentuado crescimento económico anda de mão de dadas com pressões inflacionistas assinaláveis que ameaçam minar a estabilidade social. Face à enormidade e complexidade dos desafios postos ao Estado chinês no caminho do seu desenvolvimento, é sensível perguntar se outros poderiam ter feito melhor? Na nossa opinião, muito dificilmente. Mais facilmente outros poderiam ter feito bem pior.

Por último, o livro adere a uma visão monolítica do actual sistema político. Não existe uma abordagem a novas tendências, sejam elas reformistas ou conservadoras (porque elas existem). É certo que a obsessão com a estabilidade e a unidade no topo do Partido, tende a dissipar a existência destas correntes, mas na realidade a evolução sócio-económica, o surgimento de novos grupos sociais, bem como um relativo enfraquecimento do controlo do governo central sobre as províncias, geram um meio fértil para o seu desenvolvimento.

Nesta perspectiva o livro de Bruce Gilley permite-nos descortinar de forma mais consistente estas tendências. Nesta obra o autor argumenta que a China está preparada para a democracia, analisando a forma como a transição será efectuada e prevendo os resultados de tal transição. Com inúmeras referências e notas de rodapé a autores chineses, o livro está pleno de detalhes e episódios com tanto de real quanto de anedótico e que transformam a leitura desta obra um prazer.

A sua análise tem tanto de histórica como de política comparativa, iniciando a sua abordagem com as eleições presidenciais chinesas de 1912-1913 e prossegue

através do período republicano até aos anos de Maoísmo e posteriormente à era da reforma. Ao longo deste trajecto existem comparações com transições democráticas efectuadas em Portugal, Espanha, na América Latina, na Bulgária, na Polónia, na Ucrânia, Rússia, Japão, Filipinas, Coreia do Sul, Taiwan, Tailândia, Indonésia e Índia, onde as concepções inerentes à “terceira vaga” de Samuel Huntington ¹¹ (1991) e aos estudos de Larry Diamond ¹² (1999) são uma referência constante, sendo notória uma estruturação do argumento derivada da literatura da democracia comparada, a qual divide o processo de democratização em três fases: colapso do regime autoritário, transição e consolidação da democracia.

Ao contrário de Ross Terrill, Bruce Gilley refuta uma abordagem cultural e histórica determinista através de uma argumentação essencialmente anti-Orientalista, optando por enfatizar uma aproximação que privilegia a existência de uma correlação directa entre a democratização e o nível do produto interno bruto (PIB). Neste contexto o autor é, a nosso ver, excessivamente optimista, ao acreditar que através de uma bem sucedida transição democrática a esmagadora maioria dos problemas com os quais a China se confronta serão resolvidos (corrupção, assimetrias sociais excessivas, discriminação contra os camponeses, problemas ambientais, projectos de tecno-nacionalismo de objectivos duvidosos, etc.). Por exemplo, convém recordar que, nas últimas duas décadas a Índia democrática demonstrou nestas áreas um progresso não muito superior ao da China, e que o crescimento económico não conduz necessariamente à democracia como foi patente no caso de Singapura, durante a governação de Lee Kuan Yew (popularmente denominado como um regime de “autoritarismo benigno”) ¹³.

Os capítulos subsequentes entram mais num campo especulativo ao referir-se uma janela de tempo de 10 a 20 anos para o colapso do actual regime, defendendo que um processo de democratização controlada a partir do topo irá descambar numa espiral de difícil controlo. Assim o cenário mais provável é o

¹¹ Nesta obra Huntington defende que a Terceira Vaga democrática iniciou-se em 1974 com a revolução portuguesa e que não tem um fim à vista. A definição de democracia do autor é problemática de defender porque é algo simplista, sendo definida como um regime onde os decisores colectivos são escolhidos de forma justa, honesta através de eleições periódicas onde toda a população adulta pode participar de forma livre.

¹² Diamond alarga e aprofunda o debate iniciado oito anos por Huntington, explicando porque é muitas das novas democracias são “democracias liberais vazias”, procurando discriminar os elementos caracterizadores da quarta vaga de desenvolvimento democrático.

¹³ Para uma análise correlativa interessante entre estabilidade, abertura e crescimento económico dos Estados veja-se (Bremer, 2006), especialmente nas p. 216-230 (Índia) e 237-263 (China).

de uma sucessão de múltiplas disfunções do actual sistema que os actuais líderes tentarão prolongar durante o maior tempo possível, até um ponto onde a pressão popular será de tal forma intensa e insustentável que um facção no seio da elite governativa se apoderará do poder e procederá à introdução de reformas democráticas.

Por fim o autor oferece-nos uma descrição optimista da “futura democracia na China” que através da implementação de mecanismos de descentralização do poder do Partido Comunista em favor das províncias e do reforço das competências presidenciais poderá mitigar ou mesmo evitar o colapso ou um eventual caos social e uma potencial declaração de independência por parte do Tibete, Xinjiang ou de Taiwan.

Aqui, Gilley está em clara oposição a Pei, pois convém não esquecer que uma tal descentralização não é plena de vantagens, basta atentarmos na actuação predatória de muitas das autoridades locais e provinciais do Estado desde as reformas de Deng Xiaoping, que lhes conferiram uma autoridade e liberdade financeira e fiscal, e cuja face mais mediatizada é a da corrupção e a dos crescentes protestos da população relativamente aos impostos cobrados. Mesmo a criação do mecanismo de eleições “livres” ao nível das aldeias e vilas não passou de uma “cortina de fumo” ou uma “válvula de escape” para aliviar as pressões e a contestação ao nível da população rural, pois, na realidade, todos os candidatos à “liderança democrática” tiveram de ser aprovados pelos comités locais do Partido Comunista Chinês, e mesmo quando eleitos o seu poder de decisão está fortemente constrangido pelas autoridades partidárias cidadinas (ou “concelhias”).

Em suma, esta é uma obra de um cientista político (e antigo jornalista) optimista e criativo e que não se inibe de correr riscos na forma prospectiva como aborda a problemática da democratização e da transição democrática, apresentando justificações e contra-argumentações coerentes para as críticas que se possam fazer ao seu estudo. Nesta óptica este é sem dúvida um contributo relevante, lembrando-nos que, e transformando o *dictum* de Deng Xiaoping, pode-se “procurar obter a verdade a partir de factos”, mas é difícil encontrar a verdade sem se correr riscos.

A leitura destas quatro obras deixa saliente a perenidade do debate sobre a possibilidade de implementação de um regime democrático na China e de que forma este poderá vir a ser alcançado: de forma faseada e progressiva com resultados visíveis a longo prazo (Bruce Gilley); através de um súbito colapso (Gordon Chang); que o sistema encontra-se numa situação de transição letárgica auto-induzida que tende a prolongar o actual regime ainda que não indefinidamente

(Mixín Pei); ou pura e simplesmente nunca existirá uma verdadeira democracia na China, ainda que seja inevitável um colapso do actual regime comunista (Ross Terrill)¹⁴.

Quem estará mais perto da verdade? Boa questão. O tempo se encarregará de responder. Mas convém aqui lembrar as sábias palavras de Kishore Mahbubani (2002, p. 40), no tão famoso quanto polémico ensaio intitulado “The West and Rest”:

“A mente Ocidental crê que compreende todos os mundos, uma vez que está aberta a todas as ideias e não recusa nenhuma. Paradoxalmente, o resultado desta assumpção é que a mente Ocidental não tem a percepção dos limites da sua compreensão”.

O conceito de democracia e a sua eventual implementação na China é um destes desafios à mente Ocidental.

¹⁴ Podem-se no entanto referir como mero exercício teórico, cinco cenários alternativos para o estabelecimento de um regime democrático na China. Ainda que não sejam inteira e mutuamente exclusivos, podem-se elencar da seguinte forma: (1) reforma gradual e “transição a partir das bases” (democracia nas vilas e primazia do Direito que se alargará ao topo); (2) deposição do regime pela população (como sucedeu nas Filipinas e na Coreia do Sul); (3) reforma política gradual a partir do topo e liderada pelo Partido Comunista Chinês; (4) golpe-de-Estado reformador em prol de um regime democrático; e (5) democracia como o resultado de um crescente e explícito sistema federalista.

BIBLIOGRAFIA

- ANGLE, Stephen (2002). *Human Rights and Chinese Thought*, Cambridge University Press, New York.
- BARBOZA, David (2007). "China Posts 11.9 Percent Growth", in Vários, *International Herald Tribune*, 19 de Julho. Internet: <http://taiwansecurity.org/News/2007/IHT-190707.htm>, consultado em 11 de Janeiro de 2008.
- BREMER, Ian (2006). *The J Curve: A New Way to Understand Why Nations Rise and Fall*, Simon & Schuster, New York.
- CHA, Ariana (2007). "China's Trade Surplus Sets Record: Exports Jump 21.7% Despite Bad Press", in Vários, *Washington Post*, 11 de Julho, p. D08. Internet: <http://taiwansecurity.org/WP/2007/WP-110707.htm>, consultado em 11 de Janeiro de 2008.
- DIAMOND, Larry (1999). *Developing Democracy: Toward Consolidation*; The Johns Hopkins University Press, New York.
- DING, Xueliang (1994). *The Decline of Communism in China*, Cambridge University Press, New York.
- FINER, Samuel (1976). *The Man on the Horseback: The Role of the Military in Politics*, Penguin Books, London.
- FINKELSTEIN, David e KIVLHAN, Maryanne (Eds) (2003). *China's Leadership in the 21st Century: The Rise of the Fourth Generation*, M.E. Sharpe, Armonck.
- GOLDMAN, Merle (2005). *From Comrade to Citizen: The Struggle for Political Rights in China*, Harvard University Press, Cambridge.
- HUNTINGTON, Samuel (1991). *The Third Wave*, University of Oklahoma Press, Norman.
- LAM, Willy Wo-Lap (2006). *Chinese Politics in the Hu Jintao Era: New Leaders, New Challenges*, M.E. Sharpe, Armonck.

- LI, Cheng (2001). *China's Leaders: The New Generation*, Rowman & Littlefield, New York.
- MAHBUBANI, Kishore (2002). *Can Asians Think? Understanding the Divide between East and West*, Steer Forth Press, Vermont.
- NAUGHTON, Barry (2007). *The Chinese Economy: Transitions and Growth*, MIT Press, Cambridge.
- QUEK, Tracy (2007). “China Faces Uphill Task in Cutting Energy Use”, in Vários, *Straits Times*, 13 de Julho. Internet: <http://taiwansecurity.org/ST/2007/ST-130707.htm>, consultado em 11 de Janeiro de 2008.
- TERRILL, Ross (1999). *Mao: A Biography*, Stanford University Press, Stanford.
- YIN, Sim Chi (2007). “China's Rising Food Prices Fuel Fears of Social Unrest”, in Vários, *Straits Times*, 6 de Agosto. Internet: <http://taiwansecurity.org/ST/2007/ST-060807-1.htm>, consultado em 11 de Janeiro de 2008.